



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira • 02 de setembro de 2014



■ **Euza Missano:** "o que queremos é que haja o fracionamento, mas respeitando os valores anteriores"

Estacionamentos: MPE entra com 6ª Ação para fracionar tarifa

Justiça foi favorável a três das cinco ações, sendo que uma foi suspensão, graças a um recurso dos proprietários

Juliana Moura

O Ministério Público Estadual (MPE), na pessoa da promotora **Euza Missano**, deve entrar nos próximos dias, com a sexta Ação Civil Pública (ACP), pedindo à justiça que determine aos estacionamento do centro da cidade que respeitem o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e que adotem a cobrança fracionada, levando em consideração

o valor anteriormente cobrado.

De acordo com a promotora, a justiça já concedeu liminar favorável a três das cinco ações anteriormente encaminhadas, sendo que uma delas acabou de ser suspensa pelo Tribunal, graças a um recurso dos proprietários. "O Ministério Público está contramitutando esse recurso e esperamos que o tribunal mantenha essa liminar para que, a partir daí, comece o exercício de fiscalização do cumprimento da liminar, que é justamente para que esses valo-

“

Hoje as pessoas estão sendo submetidas a esses abusos”

Euza Missano |
Promotora de Justiça

res sejam fracionados e respeitando os valores anteriores”, afirmou. Ela explicou que, devido ao grande número de estabelecimentos deste tipo, o procedimento foi dividido em diversas ações, sendo cinco estacionamento para cada demanda. A promotora ressalta ainda que muitos proprietários estão realizando um fracionamento irregular, trazendo mais prejuízo aos consumidores. “Embora os estacionamento tenham feito um fracionamento, eles estão colocando o valor da

primeira hora equivalente ao que era antigamente o turno. Isso tem causado um prejuízo enorme para os consumidores. O que queremos é que haja o fracionamento, mas respeitando os valores anteriores. Hoje, devido às dificuldades da mobilidade urbana, as pessoas se veem submetidas a esses abusos”, acrescentou.

• Nos shoppings

A promotora lembrou que espera ainda a resposta da justiça em relação aos estacionamento dos

shoppings da capital. Ela ressaltou que foram impetradas duas ações. “Pedimos que os aumentos relacionados às correções de valores sejam motivados caso ultrapassem o valor da inflação. O Ministério Público contestou o último aumento que foi de 50%, o qual está muito acima da inflação e muito acima dos valores de variação que teve o trabalhador. Diante disso, o que o código de defesa do consumidor determina é que a vantagem excessiva deve ser eliminada”, completou.